



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E MERCADO DE TRABALHO PARA AS
MULHERES NEGRAS: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS**

Dandara Vianna de Albuquerque

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2024**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E MERCADO DE TRABALHO PARA AS
MULHERES NEGRAS: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS**

Dandara Vianna de Albuquerque

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2024**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

ECONOMIA SOLIDÁRIA E MERCADO DE TRABALHO PARA AS MULHERES NEGRAS: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS

Dandara Vianna de Albuquerque

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Pós-graduação Multiprofissional em Políticas Sociais e Intersetorialidade, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade.

Orientador: Adrianyce Angélica Silva de Sousa

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2024**

CIP - Catalogação na Publicação

Albuquerque , Dandara Vianna de .

Economia solidária e mercado de trabalho para as mulheres negras: aproximações críticas / Dandara Vianna de Albuquerque , Adrianyce Angélica Silva de Sousa - Rio de Janeiro, 2024.

32 f.

Monografia (Especialização em Políticas Sociais e Intersetorialidade) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2024.

Orientador: Adrianyce Angélica Silva de Sousa.

Bibliografia: f. 29-32

1. economia solidária . 2. mulher negra . 3. racismo . 4. formação social .
I. Sousa, Adrianyce Angélica Silva de . II. Título.

RESUMO:

A economia solidária tornou-se uma política de geração de trabalho e renda que se visibilizou como “uma alternativa” econômica e emancipatória para as/os trabalhadoras. Este artigo analisa a inserção da mulher negra nessas iniciativas buscando compreender em que medida existe a reposição do processo histórico de precarização das relações de trabalho para o segmento negro no Brasil cuja raízes encontram-se na nossa formação social. Metodologicamente, nosso trabalho é uma abordagem histórica e crítica fundamentada numa pesquisa bibliográfica sobre o tema e pesquisa exploratória em órgãos de produção de dados. Dentre as reflexões, demonstra-se que ao se valer do discurso do solidarismo e não considerar as determinações fundamentais da exploração no capitalismo, especialmente, nos marcos da acumulação flexível, a economia solidária oculta a precarização do trabalho e cristaliza um lugar subalternizado para as mulheres negras no mercado de trabalho.

Palavras-Chaves: economia solidária; mulher negra; racismo; formação social

ABSTRACT:

The solidarity economy became a policy for generating work and income that was seen as an economic and emancipatory “alternative” for workers. This article analyzes the insertion of black women in these initiatives, seeking to understand to what extent there is a replacement of the historical process of precarious labor relations for the black segment in Brazil, whose roots are found in our social formation. Methodologically, our work is a historical and critical approach based on bibliographical research on the topic and exploratory research in data production bodies. Among the reflections, it is demonstrated that by using the discourse of solidarism and not considering the fundamental determinations of exploitation in capitalism, especially in the framework of flexible accumulation, the solidarity economy hides the precariousness of work and crystallizes a subordinate place for women black women in the job market.

Keywords: solidarity economy; black woman; racism; social formation

SUMÁRIO

Projeto de pesquisa.....	7
1. Apresentação.....	7
2. Objetivos.....	8
2.1 Objetivo Geral.....	8
2.2 Objetivos Específicos.....	8
3. Referencial Teórico.....	9
4. Metodologia.....	10
5. Cronograma.....	10
Artigo Economia solidária e mercado de trabalho para as mulheres negras: aproximações críticas	11
6. Introdução	11
7. Formação Social brasileira e racismo (o lugar da mulher negra)	12
8. O atual mercado de trabalho e as mulheres negras	15
9. A experiência da Economia Solidária e a reposição do lugar da mulher negra?....	22
Considerações Finais.....	28
Referências Bibliográficas.....	29

PROJETO DE PESQUISA

ECONOMIA SOLIDÁRIA E MERCADO DE TRABALHO PARA AS MULHERES NEGRAS: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso traçará uma discussão sobre as mulheres negras no mercado de trabalho, com ênfase na sua inserção nas experiências de economia solidária. Nosso objetivo é refletir se essas experiências da economia solidária repõe o processo histórico de precarização das mulheres negras nas relações de trabalho atualizando os papéis sociais cristalizados como “aptos” para aquelas desde o período da escravidão no país.

O quadro de dificuldades que as mulheres negras enfrentam no mercado de trabalho na contemporaneidade, como desemprego, subemprego, informalidade e baixa remuneração, deitam raízes na formação social brasileira, forjada em relações escravocratas nas quais negros e negras foram explorados e desumanizados. Na atualidade, o sentido da colonização permanece vivo e incorporado pelo capitalismo como elemento que configura assimetrias no mercado de trabalho que implicam uma subalternização do segmento negro e das mulheres negras, em particular.

Com o avanço da ofensiva neoliberal, trabalhadores e trabalhadoras são afligidos com o aprofundamento da precarização do trabalho, desemprego e informalidade. Em seu processo de luta e organização, desenvolvem-se iniciativas, como é o caso da economia solidária, para tentar responder a demanda de subsistência da classe trabalhadora a partir do estímulo ao autoemprego. Com o mito de uma suposta “outra economia” emancipatória da classe trabalhadora que pode promover a geração de trabalho e renda através do autoemprego associado, a economia solidária tem incorporado muitas parcelas da classe trabalhadora. Identificamos nesse cruzamento entre economia solidária, e mulheres negras no Brasil, o velho repertório de ocupações laborais ocupados especialmente pelas mulheres negras na divisão social e sexual do trabalho ao longo de todo processo de formação social brasileira, qual sejam: a produção e a comercialização de produtos e serviços com baixa expressão monetária.

A partir do cenário exposto acima, o problema que orienta este estudo é sintetizado na seguinte pergunta: *No âmbito da economia solidária haveria uma reprodução, sob nova roupagem, da condição subalternizada da mulher negra no trabalho como expressão das relações sociais marcadas no Brasil pelo escravismo?*

Para responder a essa pergunta faremos o seguinte caminho, 1) discutiremos sobre a formação social brasileira enfatizando a questão da mulher negra; 2) falaremos sobre o mercado de trabalho, como as relações raciais o atravessam e impactam na inserção da mulher negra no mundo do trabalho e 3) Discutiremos a economia solidária e as atividades que são apresentadas para as mulheres e (se/ou como) essas experiências reforçam esse lugar da mulher preta.

A pesquisa pretende contribuir para as reflexões sobre o lugar do trabalho feminino dentro da economia solidária, particularmente a situação das mulheres negras que são um grupo ainda muito invisibilizado. Há pouca produção intelectual sobre o intercruzamento da economia solidária que registre e analise o trabalho e participação das mulheres negras.

A escolha deste tema se deve, em primeiro plano, a necessidade de compreender melhor as nuances da Economia Solidária mediante a minha inserção como assistente social do Centro Público de Referência em Economia Solidária de Niterói, denominado Casa da Economia Solidária Paul Singer, em 2019. Neste espaço sócio-ocupacional pude acompanhar o rápido crescimento da economia solidária no território de Niterói, acolhendo na maioria dos casos mulheres. Assim, torna-se de suma importância desvelar essa experiência e seu real papel na vida das mulheres negras trabalhadoras.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Analisar como a economia solidária repõe o processo histórico de precarização das mulheres negras nas relações de trabalho.

2.2 Objetivos específicos:

- a. Apresentar a trajetória sócio-histórica da mulher negra na sociedade brasileira e a construção de um lugar subalternizado;

- b. Situar a atual condição das mulheres negra no mercado de trabalho e o racismo nas relações de trabalho;
- c. Problematizar a experiência das mulheres negras na economia solidária e a reposição da mulher negra no trabalho precarizado.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Os fundamentos teóricos-conceituais que embasam a presente proposta de estudo têm origem na tradição marxista. Assim, buscaremos captar o movimento do objeto superando uma visão imediatista da realidade. O esforço da pesquisa será em apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, de modo que a situação das mulheres negras no mercado de trabalho e sua inserção na economia solidária são explicadas a partir do desvelar da formação social brasileira e das transformações no modo de produção capitalista.

Com o objetivo de entender as raízes do lugar de subordinação da população negra, em especial das mulheres, resgataremos uma série de autores que discutem a formação social brasileira, a questão racial e o colonialismo, destacamos aqui Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Otávio Iani e Lélia Gonzalez etc. Trata-se de uma formação social marcadamente não clássica, que se articula de maneira combinada e dependente ao mercado capitalista mundial e marcada pelo forte traço da colonização e pelo escravismo.

Nos debruçamos sobre a crítica a economia solidária, em autores como Barbosa (2007) e Sousa (2011). Valendo-se das interpretações das autoras mencionadas, as experiências denominadas de economia solidária se vinculam às transformações do modo de produção capitalista após a crise dos anos 1970, quando o sistema capitalista de reorganiza através do modelo flexível. Ela representa uma estratégia de sobrevivência que não supera o velho repertório de trabalhos precários que se multiplicam a sabor das necessidades lucrativas do grande capital. Nesse sentido, a concepção de economia solidária que utilizaremos na pesquisa é crítica e por isso adversa a leitura que diz que esse fenômeno surge como uma meda resposta dos trabalhadores e das comunidades pobres ao desemprego.

4. METODOLOGIA

Realizaremos uma abordagem histórica e crítica fundamentada numa pesquisa bibliográfica sobre o tema e pesquisa exploratória em órgãos de produção de dados como DIEESE, IBGE.

5. CRONOGRAMA

ETAPAS	MESES				
	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro
conclusão da leitura dos textos					
entrega do tópico 1 do desenvolvimento					
entrega do tópico 2 do desenvolvimento					
entrega do tópico 3 e conclusão					
Defesa					

ECONOMIA SOLIDÁRIA E MERCADO DE TRABALHO PARA AS MULHERES NEGRAS: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS

Dandara Vianna de Albuquerque
Adrianyce A. Silva de Sousa

6. Introdução

*Na ponta do abismo lá vai a mãe preta
Aguenta o infinito num corpo
Que o grito socorro acusa suspeito (...)
Mãe preta resiste
Desde que não sabia o que era existir
Mãe preta teve teus calos calejados pela falta de arrego
Dos atrasos da história que traçaram teu destino
(DALL FARRA, 2019,, s/p)*

A realidade das mulheres negras nas relações de trabalho mudou desde a escravidão? Por que mulheres negras enfrentam grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho durante toda sua trajetória na sociedade brasileira? Essas questões a nosso ver estão ligadas a formação social no nosso país, cuja herança do colonialismo se expressa nas relações sociais contemporâneas. De tal modo, que se nos primeiros três séculos da história do Brasil a mulher negra era escravizada, hoje ocupa um lugar subalternizado na classe trabalhadora, tendo que trabalhar comumente nos postos menos valorizados, de menores rendimentos e informais, que atualizam as atividades desenvolvidas no período da escravidão.

O avanço da ofensiva neoliberal, a precarização do trabalho, o desemprego e informalidade, são uma realidade na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Em seu processo de luta e organização, desenvolvem-se iniciativas, como é o caso da economia solidária, para tentar responder a demanda de subsistência da classe trabalhadora a partir do estímulo ao autoemprego. O discurso do empreendedorismo, do cooperativismo, assume versões supostamente progressistas na pauta de segmentos dos trabalhadores. Identificamos nesse cruzamento entre economia solidária, e mulheres negras no Brasil, o velho repertório de ocupações laborais ocupados especialmente pelas mulheres negras na divisão social e sexual do trabalho ao longo de todo processo de formação social brasileira, a produção e a comercialização de produtos e serviços com baixa expressão monetária.

Neste sentido, no presente texto buscamos nos aproximar desse debate de modo a refletir sobre a inserção da mulher negra nas iniciativas de economia solidária. Para tanto, metodologicamente, nosso trabalho é uma abordagem histórica e crítica fundamentada numa pesquisa bibliográfica sobre o tema e pesquisa exploratória em órgãos de produção de dados como DIEESE, IBGE. Nosso pressuposto é de que a economia solidária recompõe o processo histórico de precarização das mulheres negras nas relações de trabalho atualizando as formas históricas que foram cristalizadas como “aptas” para as mulheres negras desde o período da escravidão no país.

7. Formação social brasileira e racismo (o lugar da mulher negra)

Refletir acerca da condição da mulher negra nas relações de trabalho na atualidade, faz necessário explicitar a especificidade pela qual se dá o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil marcado pela nossa formação social.

Diferentemente das revoluções tipicamente burguesas, como na França, por exemplo, que foi movida por ampla persuasão das massas populares e efetiva supressão dos vestígios da estrutura feudal, - que implicou para essas formações sociais um processo no qual a luta de classes explicita um caráter progressista, encampado pela classe trabalhadora, contrário ao projeto de desenvolvimento capitalista, em seu conjunto estrutural –, no Brasil verifica-se um processo lento de substituição do trabalho escravo, pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias que articulam momentos de mudança e de permanência.

Trata-se de uma formação social marcadamente não clássica¹, que se articula de maneira combinada e dependente ao mercado capitalista mundial, e, por isso, desenvolve-se marcada pelo forte traço da colonização, e, pelo forte peso do escravismo. Nos termos de Ianni (1987, p. 24) “uma economia produtora de mercadorias para o mercado internacional”. Às colônias se constituíram como estruturas produtivas integradas ao modo de produção capitalista, nas quais a produção baseada no trabalho escravo serviu para adensar a acumulação de capitais em países de capitalismo avançado, demarcando, dessa forma, a relação de subordinação e dependência das economias latino-americanas, e em especial a brasileira.

¹ Conforme Sousa (2016) dentro da tradição marxista, no Brasil, esta discussão é bastante polêmica. Foi recorrente uma leitura de que teríamos vivenciado aqui uma passagem do sistema feudal para o capitalismo. Este equívoco encontra-se presente e, foi dominante nas formulações do Partido Comunista Brasileiro e de seus quadros intelectuais. A problematização dessa interpretação foi realizada inicialmente por Caio Prado Júnior e posteriormente rigorosamente analisado por Florestan Fernandes.

Moura analisando a realidade brasileira chega mesmo a afirmar que o mercado mundial “(...) somente podia dinamizar o seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista” (MOURA, 1994, p. 38).

Este fenômeno de modernização conservadora (Moore Júnior, 1983) explica justamente como no Brasil realizou-se uma articulação complexa de adaptação ao capitalismo, com a permanência de importantes elementos da antiga ordem. Logo, o país experimenta um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma revolução democrático-burguesa. Mais do que isso, no processo brasileiro a burguesia brasileira conciliava-se com a estrutura produtiva colonial, de modo a que isso não alterasse seu poder político (MAZZEO, 1997, p. 133).

Esta dinâmica, apresenta repercussão sobre a dinâmica das classes no país, como bem analisam Cisne e Ianael,

O controle do trabalho da população negra e indígena durante a escravização traz reverberações até a atualidade, não apenas como um legado do passado, mas como relação social dinâmica e estrutural que continua estabelecendo lugares de inferioridade e desigualdade no interior da sociedade. Logo, o racismo não pode ser compreendido apenas como construção ideológica, mas como elemento primordial da nossa formação social, indispensável para consolidação do capitalismo mundial emergente (2022, p. 193)

Particularmente para mulheres e homens pretos o desenvolvimento desta dinâmica explicita o racismo e o patriarcado como funcionais ao capitalismo, servindo às formas de opressão, exploração e dominação, sobretudo, dos sujeitos marcados por raça e sexo (CISNE, IANAEL, 2022, p. 193). Esta compreensão também está presente nas análises de Davis acerca da mulher preta escravizada, quando a autora destaca que a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela “conveniência”. Diz a autora,

quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

Nestes termos, o entendimento da exploração de classe no Brasil, supõe considerar a exploração da população negra e indígena na economia colonial do país, “desenvolvida pelo trabalho forçado e relações de apropriação sobre o corpo e a vida desses povos, destacada e diferenciadamente sobre as mulheres que, além do trabalho

forçado, tiverem seus corpos apropriados para exploração sexual” (CISNE e SANTOS 2018, p. 100).

Desta forma, como asseveram de maneira contundente Cisne e Ianael, há uma persistência nos estudos sobre formação social brasileira,

da ideia da miscigenação sob visão idílica, cercada pelo discurso da democracia racial e da livre união entre colonizadores e cativas. Basta ampliarmos nossa perspectiva sobre a posição da mulher negra na sociedade escravista patriarcal para percebermos que a fantasiosa integração entre raças é fruto do estupro (2022, p. 195).

Raimundo (2003) explicita que no caso das mulheres pretas a escravização combinou uma exploração que pode ser considerada produtiva e reprodutiva. Produtiva quando inserida em ocupações como amas-de-leite, mucamas, cozinheiras, dentre outras. E, reprodutivas, no sentido direto, pois diferente dos homens pretos, eram usadas para gerar mais mão de obra para o sistema escravista.

Neste sentido, considerando que o estatuto colonial marca os processos componentes do desenvolvimento do capitalismo. É na constituição do Estado Nacional, mediante a negociação pelo processo de independência, com o surgimento de novos agentes econômicos, com o desenvolvimento da divisão do trabalho, que se redireciona a organização das relações de poder. Contudo, e, aqui reside o ponto nodal, esta inflexão, de um lado, não afeta a perpetuação da ordem social dependente, subordinada e incapaz de promover a sua autonomia e, de outro, marca-se fortemente a ausência de qualquer compromisso das elites para com as massas populares, especialmente a população preta.

Fernandes (1976) explicita este movimento quando afirma que a marca da nossa formação social é tanto a *heteronomia*, ou seja, a dificuldade de a burguesia efetivar a construção do projeto nacional, uma vez que o país está inserido na lógica do capitalismo internacional de forma subalterna, como também o fato de que a *democracia liberal não se realiza* revolucionariamente para o conjunto da sociedade, mas apenas para os interesses específicos da própria burguesia. Em outras palavras, a transformação capitalista tem lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes com total exclusão das forças populares e com a utilização permanente dos aparelhos repressivos.

Efetiva-se uma estrutura de classes no Brasil alicerçada numa cultura política que se expressa na estrutura estatal e cujos processos de mudança são sempre acompanhados de conservação excluindo os setores populares. Mais do que isso, se

impregnam as várias estruturas sociais com uma orientação do poder político sempre voltada para a realização de interesses particulares. Este processo espraia na estrutura social um comportamento particular da burguesia brasileira que reverberará em valores, ações sociais e na relação com a coisa pública.

É neste movimento, que a generalização do trabalho livre não significou, do ponto de vista sociocultural, a ruptura com os valores que alicerçavam a escravatura. Ao contrário, este traço se estenderá também para as relações de trabalho livre, na medida em que o Estado se utiliza *da violência e do favor deletério* (Mazzeo, 1997) sobre os trabalhadores de uma maneira geral e, para as pessoas pretas de uma forma particular. Para estes últimos se constitui uma inserção subalternizada imposta pela questão racial (Theodoro, 2008; Martins, 2012 e Neto 2015) que condiciona mulheres e homens pretos ao mercado de trabalho informal, subalternizado e precarizado, com baixas remunerações ou até mesmo ao desemprego.

Por isso, a provocação de Lélia Gonzalez em seu texto “*E a trabalhadora negra, cumé que fica?*” é super atual, quando a autora indaga “Afiml, que abolição foi essa que, 94 anos depois de ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação?” (2020, p. 217). E a atualidade da indagação, mesmo em face a luta e avanços da luta da classe trabalhadora, em especial dos movimentos negros pela defesa e ampliação dos direitos de cidadania e da participação do negro no mercado de trabalho, dá-se justamente pela perpetuação dos traços socioculturais que sustentaram a escravização e que se mantêm atualizados como uma desigualdade racial no Brasil que se expressa em todas as dimensões e, de forma acentuada nas relações de trabalho.

8. O atual mercado de trabalho e as mulheres negras

Analisar a inserção da mulher negra no atual mercado de trabalho, pressupõe os fundamentos anteriormente sumariados e, que vão explicar, a nosso ver, como esta subalternidade é construída historicamente marcada por um longo processo de não reconhecimento e/ou não acesso a direitos, de inferiorização da sua imagem, de uma profunda desumanização do seu ser e demais violências e violações definidas pelo racismo e pelo sexismo. Não à toa, Lélia Gonzalez (2020) afirma que o lugar da mulher negra na sociedade brasileira é situado por esse duplo fenômeno.

Por outro lado, esse quadro de desvantagens históricas é acentuado pelo capitalismo contemporâneo – resultante de um processo de reorganização produtiva, a

partir das transformações econômicas do último quarto do século XX – no qual a flexibilização dos processos produtivos, o desemprego estrutural e a imposição de vínculos e condições cada vez mais precárias para o trabalho reiteram o tom da sociedade burguesa (ANTUNES, 2020). Logo, o racismo e sexismo combinados com a exploração capitalista relegam os piores contornos possíveis as condições laborais dessas mulheres.

Ao afirmar que a situação das mulheres negras continua praticamente na mesma, Lélia Gonzalez (2020) questiona o mito da democracia racial e determinados aspectos da cultura brasileira que ele oculta. Esse mito prevaleceu no racismo “à brasileira” como um arsenal das práticas discriminatórias que se manifestam cotidianamente.

Entretanto, conforme tratado anteriormente, o desvelar da história confronta o mito. A realidade é que o Estado brasileiro, o último a abolir a escravidão, nada fez para modificar a realidade da população negra. Como aponta Lélia (2020), o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra. Logo, sem muitas opções, negros e negras continuaram ora no trabalho análogo a escravidão, ora como “a carne mais barata do mercado”². Durante mais de 300 anos, o suor, o sangue e as lágrimas negras regaram o solo brasileiro nos martírios da escravidão, nos quais trabalharam compulsoriamente em todas as funções possíveis e, sobretudo, nas atividades centrais da economia.

Após a abolição, como ex-escravizados, foram preteridos pelos empregadores e empurrados para a periferia do sistema produtivo (MOURA, 2021). Nas palavras de Lélia (2020), até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir de então passaram a ser considerados ruins, incapazes para o trabalho livre.

Além da inferiorização da pessoa negra através de estigmas que o atribuíam uma falsa incapacidade de exercer determinadas funções no mercado de trabalho, essa barragem social imposta contou com diversos atos tomados em favor dos imigrantes estrangeiros, criando assim, as premissas econômicas para empurrar os negros para a periferia do sistema produtivo (MOURA, 2021). Daí a preferência pelo trabalhador branco, até hoje disfarçada em “exigências meritocráticas”, as quais só brancos conseguem atender nos processos seletivos de trabalho, expressão do racismo velado.

² Música, “A Carne” escrita por Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti.

Dessa maneira, a população negra fica com o que sobra para garantir a sua sobrevivência, alternando-se majoritariamente entre o subemprego e o desemprego, e assim, sofrendo a marginalização progressiva. Então, retornamos à provocação de Lélia, *e a trabalhadora negra, cumé que fica?* Ela fica “na ponta do abismo”, como diria a poeta das ruas Dall Farra (2019). O caminhar na ponta do abismo é a luta pela sobrevivência em um contexto brutalizado, no qual as possibilidades materiais das mulheres negras não permitiram que elas escapassem da ocupação nos espaços e papéis que lhe foram atribuídos nos primeiros 300 anos de história do Brasil. Como afirma Gonzalez (2020),

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossos antepassados: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem. (p.217)

Partindo das noções de mulata, doméstica e mãe preta, a autora traça algumas reflexões sobre o lugar desenhado para as mulheres negras na sociedade brasileira. O engendramento dessas atribuições relegadas ao mesmo sujeito se faz a partir do trabalho da mucama no Brasil colonial. A mulher negra transita por elas, sendo objeto de desejo sexual exaltado no Carnaval e/ou a trabalhadora doméstica da prestação de bens e serviços no dia a dia do cuidado à família dos outros (GONZALEZ, 2020). Não esqueçamos também do trabalho por conta própria, ocupação comum as mulheres negras, com forte simetria com as ganhadeiras que trabalhavam pelas ruas comercializando gêneros de primeira necessidade ou prestando serviços, entre os séculos XVIII e XIX.

A partir da pesquisa historiográfica de Faria (2000) esta determinação fica evidenciada no que se constitui, a nosso ver, como um prolongamento dos estigmas das atividades desenvolvidas pelas mulheres negras escravizadas mesmo após a abolição e sua entrada no mercado de trabalho como força de trabalho livre. Faria (2000) destaca em suas análises, a partir de uma crônica portuguesa de 1552 a constituição de um ideário acerca da “aptidão para a venda” das mulheres negras. A autora também observa que este e outros tipos de trabalho também eram estigmatizantes como “carregar água era feito pelas ‘negras de pote’, assim como a limpeza, inclusive o ato de levar dejetos em recipientes como ‘canastras’ e eram conhecidas como negras de canastra” (FARIA,

2000, p.77) sendo estas últimas consideradas de “mais baixo espírito” do que as que andavam com água.

Dessa forma, compreendemos que a atual configuração do mercado de trabalho, está embebida da herança colonial, fundamentando relações de poder desiguais e impondo uma divisão sexual e racial do trabalho para as mulheres negras. Segundo Nascimento (2021), a estas experiências se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Logo, as mulheres negras permanecem majoritariamente subalternizadas e relegadas aos trabalhos não qualificados que substituíram as atribuições da mucama ou nas fileiras do exército industrial de reserva, indispensável para efetiva realização da superexploração (GONZALEZ, 2020; MOURA, 2021).

Em matéria recente, o jornal Agência Brasil (VILELA, 2022) traz dados de que mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país e, apresentam renda média inferior a um salário-mínimo. É importante ressaltar que a regulamentação do trabalho das domésticas só foi realizada em 2013. Matéria do jornal G1 Economia (MARTINS, 2023), aponta que a maioria dos 10,9 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham são mulheres, o que corresponde a 6,7 milhões de pessoas. A grande razão de não estarem no mercado de trabalho é a responsabilidade com os afazeres domésticos ou cuidado com parentes. Essa desigualdade de gênero tem contornos racializados já que, em 2022, cerca de 66,6% das pessoas que não estudavam nem trabalhavam para cuidar de casa ou de parentes eram mulheres negras (PINHONI, 2023). Em suma, elas ainda são o braço do trabalho do cuidado no Brasil.

As mulheres negras também são a maior parcela dos microempreendedores por necessidade - aqueles que criam pequenos negócios para sobreviver e que detém apenas a sua força de trabalho. Este tipo de negócio geralmente apresenta rendimento volátil e grandes dificuldades de sobrevivência (CARRANÇA, 2023).

Como identificado numa pesquisa realizada pelo SEBRAE (2023), a população negra é o grupo que mais sonha em desenvolver o próprio negócio. A cultura do autoemprego e as desvantagens historicamente acumuladas no mercado de trabalho formal são fatores que contribuem para isso. Repercute assim com maior brutalidade sobre a população negra, e as mulheres em especial, a construção ídeo-cultural do neoliberalismo que estimula a formação de uma nova subjetividade para trabalhadores/as, na qual a liberdade dos indivíduos é realizável apenas na competição

do mercado. Ou seja, empreender se torna uma virtude valorizada pelo e para o mercado. Os trabalhadores são estimulados a serem microempresários, autônomos ou qualquer outro termo para o trabalho por conta própria (BARBOSA, 2007).

Contudo, este fetiche é duramente confrontado pela própria realidade. Dados disponibilizados pelo SEBRAE (2023) mostram que as mulheres negras apresentam o mais baixo rendimento entre os empreendedores, com uma diferença de renda média de 74% entre elas e os homens brancos, grupo que possui os maiores rendimentos. Também identificou-se que os empreendedores negros possuem menor nível de escolaridade, sendo os que estão menos formalizados e, os que menos contribuem à previdência. No segundo trimestre de 2022, 72% dos empreendedores brasileiros negros não contribuía para o INSS, comparado a 52% dos brancos (CARRANÇA, 2023). Assim, a desigualdade de raça e gênero entre empreendedores em idade ativa tende a se reproduzir também na velhice, quando não acessarão a aposentadoria.

A tabela 01 abaixo apresenta uma fotografia recente das atividades econômicas realizadas por brasileiros, considerando raça/cor e sexo, em 2022.

Tabela 1. Estimativa de ocupados, por raça/cor e sexo, segundo grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal – Brasil – 2º trimestre de 2022 (em %)

Grupamento de atividade principal	2º trimestre de 2022				Total
	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres Não Negras	Homens Não Negros	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	4,6	14,1	3,7	10,5	8,9
Indústria geral	9,6	14,4	10,9	15,6	12,9
Construção	0,5	14,8	1,0	10,2	7,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,2	19,5	18,5	19,7	19,3
Transporte, armazenagem e correio	1,3	8,0	1,4	8,2	5,2
Alojamento e alimentação	8,2	4,6	6,4	3,6	5,5
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	9,0	9,5	14,3	15,5	11,9
Administração pública, defesa e seguridade social	4,2	5,4	5,5	5,5	5,2
Educação, saúde humana e serviços sociais	19,7	4,8	22,6	6,4	12,2
Outros Serviços	7,1	3,9	6,8	3,9	5,2
Serviços domésticos	16,4	1,0	8,8	0,7	6,0
Atividades mal definidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad Contínua Elaboração: DIEESE Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas.

A tabela demonstra que no segundo trimestre de 2022, entre as mulheres negras ocupadas, 19,7% estavam no setor de educação, saúde humana e serviços sociais; 19,2% no comércio; e 16,4% nos serviços domésticos (DIEESE, 2022). Estes dados corroboram a argumentação desenvolvida até aqui no que se refere ao prolongamento dos tipos de ocupação das mulheres pretas desde a escravização num continuum que se atualiza a medida em que se amplificam os processos de exploração no capitalismo com particular truculência para os segmentos negros.

Também importante demarcar que as desigualdades historicamente constituídas não se limitam ao tipo de ocupação, mas na qualidade do vínculo no mercado que é substancialmente inferior à da população branca. Observemos a tabela 02 abaixo que apresenta a distribuição dos ocupados por posição na ocupação, por raça/cor e sexo no segundo trimestre de 2022.

Tabela 2. Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, por raça/cor e sexo – Brasil – 2º trimestre de 2022 (em %)

Posição na ocupação	2º trimestre de 2022				Total
	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres Não Negras	Homens Não Negros	
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	31,5	37,1	36,8	39,6	36,4
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	10,8	18,1	9,2	12,6	13,3
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3,7	0,4	2,3	0,3	1,5
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	12,6	0,7	6,4	0,4	4,5
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	1,5	0,9	1,9	1,2	1,3
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	4,7	2,2	3,3	1,5	2,8
Militar e servidor estatutário	9,3	5,8	11,5	6,7	8,0
Empregador	1,9	3,6	4,4	7,2	4,3
Conta própria	21,1	30,1	21,6	29,4	26,2
Trabalhador familiar auxiliar	2,8	1,2	2,6	1,0	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE. Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

O que chama a nossa atenção é a desproteção da trabalhadora negra. Ela tem o menor percentual de empregos no setor privado com carteira assinada, sendo de 31,5%. No trabalho doméstico, 12,6% eram trabalhadoras domésticas sem carteira e 3,7% com carteira. As mulheres negras também têm um índice de 21,1% no trabalho por conta própria e 10,8% no assalariamento sem carteira. No total, quase metade (47,3%) das

negras trabalhavam sem proteção. Evidencia-se, pois, que mediante as desigualdades no mercado de trabalho formal, muitas mulheres negras ocupam trabalhos desprotegidos para sobreviver (DIEESE, 2022).

Outro indicador importante para demonstrar a desigualdade no mercado de trabalho é o desemprego. Nas palavras de Sueli Carneiro (2011), o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e, sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania. Segundo matéria publicada pela FGV (FEIJÓ, 2022), a taxa de desemprego entre as mulheres negras tem sido bem maior do que as reportadas pelos outros grupos.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, no primeiro trimestre de 2022, a taxa de desemprego entre as mulheres negras foi de 16,3%, o que representa mais de 4,1 milhões de mulheres negras desempregadas. Embora tenha tido uma queda no desemprego no último ano, os dados do segundo trimestre de 2023 (DIEESE, 2023) apontam uma taxa de desocupação das mulheres negras de 11,7%, em comparação a 7% das mulheres não negras, 7,8% dos homens negros e 5,7% dos homens não negros. Os dados do 3º trimestre de 2022, a nosso ver, revelam também a expressão do racismo e sexismo no cenário dos desalentados no Brasil – aqueles que gostariam de trabalhar, mas que desistiram de procurar porque acham que não vão encontrar. Das 2,3 milhões de mulheres desalentadas, cerca de 1,6 milhão são negras.

Nossa argumentação até aqui, demonstra que a luta para realocar esse lugar social imposto sempre foi e continua sendo um imperativo. Como afirma Werneck (2010), desenvolvem-se estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Entretanto, a construção de um caminho emancipatório para o trabalho que supere a realidade predatória colocada pelo racismo, sexismo e pela exploração capitalista não é uma tarefa simples. Verificamos na atualidade estas determinações atravessarem inclusive as “novas alternativas” pensadas, por segmentos da classe trabalhadora, para fazer frente aos processos de exploração. Neste ínterim localizamos, a economia solidária que cresceu no país prometendo uma “economia alternativa” dentro do capitalismo, voltada a romper com o trabalho subordinado de modo a supostamente responder aos interesses dos seguimentos historicamente alijados do assalariamento formal.

9. A experiência da Economia Solidária e a reposição do lugar da mulher preta?

Embora existam imprecisões teóricas a respeito da conceituação da economia solidária, identificamos que ela enfatiza um fazer econômico baseado na solidariedade, gestão horizontal e construção democrática entre os trabalhadores. Ela é definida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como uma gama de práticas econômicas sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo (SOUSA, 2013).

Bem antes da criação da SENAES, a economia solidária já compunha a arena de debates contemporâneos, marcada por uma variedade de análises e disputa de interesses sobre o tema. Em retrospectiva, conforme elucida Sousa, ela é resultante do investimento de setores como organizações não governamentais, igrejas, categorias e entidades sindicais e movimentos sociais que apostam no cooperativismo e nos arranjos autogestionários como uma forma de superação da crise do capital e do trabalho, do desemprego, sendo assim, uma estratégia de ação política e organização do trabalho (SOUSA, 2008).

É importante ressaltar que a incorporação da pauta da economia solidária alinha-se ao reordenamento de parte da esquerda e dos movimentos sociais nas últimas décadas do século XX, já que seu projeto traz uma reconceituação (ou perda) da ideia de processo revolucionário encontrado na teoria marxista e um certo conformismo com a supressão dos postos de trabalho assalariados formalmente contratados e protegidos por lei. Como fica evidente nas análises de Paul Singer³,

Esta revivescência [da economia solidária] significa, sobretudo a volta aos princípios, a valorização da democracia e da igualdade no campo de produção, distribuição e de intermediação financeira. Já que parcela cada vez maior está excluída do emprego assalariado regular e, portanto, da cidadania operária, há mais de duas décadas, os seus componentes não têm por que continuar colocando suas esperanças numa restauração do pleno emprego e dos direitos sociais, que seus pais haviam conquistado. (SINGER, 2018, P33)

³ Paul Singer foi um economista autodeclarado socialista utópico e um dos fundadores do PT. É reconhecido como o maior teórico na economia solidária no Brasil. Em 2003, foi escolhido como secretário da Senaes, permanecendo no cargo até 2016. Sua escolha para estar a frente da Senaes foi considerada uma grande vitória pelo movimento social, pois era um grandes defensores da economia solidária. Podemos dizer que parte do desenho do programa da economia solidária carrega sua impressão.

Singer (2018) defende que o fazer econômico dos grupos autogestionários baseado na solidariedade é a chave para o fim da exploração do trabalho e a inauguração de um novo modelo alternativo ao capitalismo. Para ele, a economia solidária não teria uma conciliação possível com o capitalismo porque “o ideal dos que fazem a economia solidária é uma sociedade de iguais”, ao contrário do capitalismo que, nas palavras de Singer, “o princípio reitor é a competição, logo a prática da colaboração entre concorrentes é proibida como delito” (SINGER, 2018, p.167).

Essa análise indica que os sócios dos empreendimentos econômicos solidários (EES) mobilizados pela solidariedade criariam no seu interior relações completamente suspensas do capitalismo ainda vigente. O que em nossa interpretação acaba esvaziando a economia solidária de determinações históricas e políticas fundamentais.

Nas últimas duas décadas do século XX, sobretudo na segunda metade dos anos de 1990, as experiências de economia solidária despontaram pelo país sob o fervor face a ofensiva neoliberal. A generalização dessas iniciativas ganha um novo status no decorrer dos anos 2000 quando começam a ser impulsionadas pelo Estado, através da criação da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2003. O que ressaltamos ser um marco para o próprio Ministério do Trabalho, visto que até então, a sua agenda tinha como missão promover o trabalho assalariado (BARBOSA, 2007).

Neste contexto, transformada em um programa do Estado, a economia solidária visa fomentar e apoiar a “inclusão socioproductiva” de grupos reconhecidos como socialmente vulneráveis e que enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho assalariado formal, como é o caso das mulheres negras. Particularmente, nos interrogamos aqui se a experiência da economia solidária repõe o racismo e a cristalização das atividades historicamente atribuídas a mulher negra e que se atualizam nas relações de trabalho.

Vale ressaltar que há uma invisibilidade da mulher negra no âmbito da economia solidária que se expressa na ausência da incorporação da dimensão de gênero e raça/etnia no âmbito do programa, conforme aponta Leite (2010). Também se expressa nos ainda poucos dados e estudos que enfatizam a condição das mulheres negras nessas atividades. Apesar disso, através dos dados disponibilizados pelo Sistema de

Informação em Economia Solidária⁴ (SIES)⁴, desenvolvido pela SENAES, mapeamos alguns elementos que auxiliam na resposta a essa questão.

De modo mais geral, as condições de trabalho encontradas nos empreendimentos de economia solidária não fogem muito aos demais trabalhos precários, que como já vimos anteriormente, são um traço permanente no histórico laboral dessas mulheres. Silva e Kappes (2016) explicitam algumas características comuns aos empreendimentos solidários que são grandes empecilhos para que essas experiências possam firmar-se como uma alternativa de desenvolvimento para os trabalhadores: o alto nível de informalidade, a falta de garantias trabalhistas e os problemas de viabilidade econômica.

Das quatro formas de organização dos grupos de economia solidária identificadas no último mapeamento nacional (2009-2013) – associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis – observamos a predominância de associações, com 60% do total e de grupos informais, com 30,5%. Esses números sinalizam a fragilidade institucional da maioria dos empreendimentos. Tanto as associações⁵ quanto os grupos informais são limitados em termos de atividade comercial e capacidade de crescimento, mas são os formatos mais acessíveis para as parcelas da população que se inserem na economia solidária (SILVA e CARNEIRO, 2016). Vale ressaltar que é nesses grupos que a maioria das mulheres sobressaem.

A falta de garantias trabalhistas também é corriqueira. Nos ESS voltados a produção menos de 2% dos participantes têm direito a férias remuneradas e 7,19% à previdência social. Essa realidade não muda muito nos demais. Isso porque nos EES de comercialização os números são respectivamente 6,7% e 12,6%, nos EES de serviços são respectivamente 8,7% e 15,6% e nos EES de consumo 1,3% e 4,3%. Apenas nos empreendimentos de poupança há mais 40% dos sócios com direito a descanso

⁴ Os dados referentes aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) tem base no Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Solidários no Brasil, realizado entre 2009 e 2013. A pesquisa foi organizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e deu continuidade ao primeiro mapeamento realizado em 2007. Em 2013 também foi realizada uma pesquisa amostral através da aplicação de um questionário, nas cinco regiões do país, traz detalhes de quase 3 mil pessoas associadas aos EES e mostra os impactos gerados por sua participação na Economia Solidária. Contudo, em 2017, a Secretaria foi rebaixada a Subsecretaria pelo então presidente Michel Temer e, em 2019, no Governo de Jair Bolsonaro, foi extinta, assim como o Ministério do Trabalho. Nesse contexto, não houve novos mapeamentos. A SENAES foi revivida pelo governo Lula em 2023, mas ainda não apresentou uma nova pesquisa. Embora os dados não sejam recentes, em nossa perspectiva, as tendências apresentadas continuam atuais.

⁵ Silva e Carneiro (2016) sinalizam que as associações constituam uma alternativa intermediária de formalização que, devido a sua simplicidade jurídica, são limitadas em termos de atividade comercial. Sendo proibidas pelo Código Civil brasileiro de exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos.

remunerado e previdência. Segundo Silva e Kappes (2016), a maioria dos sócios não tem acesso a nenhum direito trabalhista, característica que não se restringe apenas aos empreendimentos informais.

A sustentabilidade dos grupos produtivos autogestionários também é frágil e suas atividades têm baixíssimo impacto econômico. Os rendimentos gerados pelos empreendimentos mal sobram após os pagamentos das despesas básicas. Cerca de 76% dos EES tem como finalidade comercializar bens e serviços, e enfrentam grandes dificuldades para realizar isso. Segundo Silva e Carneiro (2016), dos EES mapeados, 61,7% afirmou ter alguma dificuldade na comercialização. Entre as principais dificuldades elencadas por eles, Destacamos: a falta de capital de giro, a estrutura inadequada para a comercialização e o elevado custo de transporte, além da concorrência dos intermediários comerciais.

O cenário exposto acima reitera mais uma vez como o fetiche do autoemprego é duramente confrontado pela própria realidade. Embora a economia solidária se autodeclare uma outra “economia alternativa” os “ditos segmentos vulneráveis” são tratados como uma mera consequência dos parcos marcos legais para regulamentação dos empreendimentos solidários. São como pontas soltas reparáveis a partir da devida formação e assessoria técnica. Contudo, ao levarmos em consideração os processos históricos e contemporâneos de transformação da sociedade capitalista, compreendemos que a economia solidária não se diferencia das demais atividades informais que proliferam na contemporaneidade, respondendo inclusive, as necessidades atualizadas do padrão de acumulação.

Segundo Barbosa (2007) encontramos no programa economia solidária atividades que se associam a gestão da pobreza e barateamento da reprodução da força de trabalho mal remunerada da informalização e atividades que subordinam seus processos de trabalho a grandes empresas contratantes para conseguir prolongar sua sobrevivência, sendo uma maneira de manter a acumulação capitalista atualizada e rentável.

Sendo assim, para as mulheres negras, as condições de trabalho encontradas na economia solidária evidenciam uma continuidade da precarização do trabalho. No entanto, cabe ainda alguns apontamentos sobre o tipo de atividade desempenhada por

elas já que, em nossa perspectiva, reafirmam o velho desenho da divisão sexual e social do trabalho.

Ao questionarmos sobre o lugar da trabalhadora negra na economia solidária, nos deparamos com a deficiência dos dados disponíveis no SIES que não permitem muitas conclusões a respeito da população segundo a raça/cor, como aponta Leite (2010). No entanto, em relação ao gênero é possível perceber a recomposição das mulheres nos setores que representam uma extensão do trabalho doméstico, em particular o predomínio das mulheres nos setores de costura e alimentação, na reciclagem e no setor de calçados. Os Homens predominam nas fábricas recuperadas e nos empreendimentos de profissionais (LEITE, 2010).

Evidencia-se, pois, que, as mulheres se inserem na economia solidária a partir do velho lugar arranjado pela divisão sexual do trabalho. Elas buscam as atividades que correspondem aos seus saberes tradicionais e partilhados. A partir do que foi visto até aqui, compreendemos que não apenas a desigualdade nas relações sociais de gênero vem moldando os contornos da inserção das mulheres nos EES.

Assim, compreendemos a essência das semelhanças entre os circuitos de feiras de economia solidária - um dos principais instrumento de escoamento do que é produzido - com o comércio realizado pelas mulheres negras ganhadeiras pelas ruas do Brasil oitocentista. O que elas fazem hoje na economia solidária não difere tanto do que suas ancestrais faziam para sobreviver durante o colonialismo: a venda de alimentos, bebidas, artesanatos, tecidos, roupas, utensílios e outras mercadorias de produção própria.

Ressaltamos que essas atividades sempre foram de grande importância para a população negra mediante a um escasso cenário de possibilidades e urgência de atendimento as necessidades básicas de sobrevivência imediatas. Entretanto, a existência desses espaços de comercializações nunca foi perigosa para o desenvolvimento do modo de produção vigente. Ao contrario, parte dos ganhos eram designados aos senhores de engenho. Além disso, precisamos desnaturalizar a perpetuação de um restrito e precário lugar para as mulheres negras no mundo do trabalho. Não há uma aptidão natural para essas atividades, mas sim as barragens socialmente impostas limitando as suas possibilidades como vimos anteriormente.

Conforme Neves (2021) destaca, a partir da sua inserção enquanto mulher negra nos espaços de construção política do fórum de economia solidária, as mulheres negras têm a sua ocupação dificultada nos cargos representativos e de tomadas de decisões internos. Sob o pretexto de uma falsa incapacidade ou desinteresse das mulheres negras em exercer funções na gestão dos empreendimentos, o que expressa o racismo velado.

Além disso, mesmo os empreendimentos sendo desenvolvidos majoritariamente por mulheres que estão incorporadas nos processos de organização, produção e de comercialização, Neves (2021) alerta que a gestão interna costuma ser feita por homens que estão inseridos na coordenação administrativa, financeira e política dos empreendimentos, das entidades de apoio, das incubadoras e mesmos nos fóruns de economia solidária. Assim, mesmo evocando valores democráticos e solidários, ainda não dissociaram as mulheres negras do trabalho meramente braçal, que reproduz o racismo.

Embora algumas teses formuladas no interior do debate sobre a economia solidária e feminista defendam que existe certo protagonismo das mulheres nessas experiências que acarretam a transformação da sociedade via trabalho “solidário” e de “proximidade”, o conteúdo mistifica uma situação de exploração, precarização das condições de trabalho de mulheres e baixas remunerações que incorporam moldes tradicionais estratificados por gênero (GRECCO, 2015).

Particularmente nas últimas décadas do século XX, o capitalismo teve profundas alterações após a crise dos anos 1970, a partir das quais os desdobramentos fizeram emergir o atual padrão de acumulação flexível que incorpora modalidades de trabalho aparentemente autônomas e independentes como uma forma de responder as suas encomendas e a demanda de subsistência da classe trabalhadora, desonerando-se dos custos sociais com o trabalho (SOUSA e SOUSA, 2011).

Harvey (2008) evidenciou este processo em suas análises quando observou que a flexibilização permitiu a coexistência de sistemas mais antigos de trabalho atendendo às encomendas do capital multinacional por meio do deslocamento das atividades-meio ou atividades-fim para o trabalho doméstico, artesanal, familiar e cooperativado. Dessa maneira, essas formas se tornam peças centrais do sistema produtivo, proporcionando o aumento do trabalho, sem o aumento do quadro funcional e atendendo as necessidades de legitimação da ordem burguesa.

Para Harvey (2008), as vantagens do uso dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista são o solapamento da organização da classe trabalhadora e o obscurecimento da relação de exploração capital x trabalho. Assim, compreendemos que o avanço da economia solidária com seus grupos de produção artesanais, familiares, associações, clubes de troca e cooperativas não se contradizem com as tendências da face atual do capitalismo, tornando-se na verdade funcionais.

Considerações Finais

As análises desenvolvidas neste artigo, evidenciam o que cantou o samba da Mangueira de 2019 há em nosso país uma “história que a história não conta” um “avesso do mesmo lugar”. A realidade da população preta neste país é esse avesso. No caso das mulheres negras, desde o período colonial, baseado na escravização, as mulheres são exploradas e barbarizadas não apenas na sua capacidade de trabalho, mas em seus corpos.

A marca da escravização se espalha para as relações de trabalho livre, marcando a ferro o lugar e as atividades que são destinadas as mulheres negras, consideradas mais “aptas” para as atividades consideradas de menor uso intelectual e menos dignificante. O desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro acentua a superexploração sobre os corpos negros e atualiza no avanço neoliberal o lugar do desemprego, informalidade, baixos salários e condições degradantes ou voltadas ao cuidado como as mucambas que podiam frequentar a casa grande. Dados da OIT de 2013 confirmam essa afirmação quando destacam que meninas negras representam 93% das crianças e adolescentes ocupadas em trabalhos domésticos (SARRES, 2013).

Neste sentido, compreender a condição da mulher negra no mercado de trabalho significa resgatar os elementos fundantes da nossa formação social evidenciando o fio de continuidade que cristalizou atividades, e “aptidões” para essas mulheres. Ao mesmo tempo, quando analisamos as configurações atuais do mercado de trabalho, especialmente no que se refere a economia solidária, identificamos que não se altera o lugar subalternizado a que mulheres negras vêm ocupando nas ditas atividades “solidárias”. Evidencia-se, pois, que para este lugar no mundo do trabalho da mulher negra ser deslocado, é fundamental o desmonte do sistema que alimenta a precarização e exploração da classe trabalhadora. Só assim, teremos a real valorização das mulheres negras trabalhadoras.

Referências bibliográficas

ACCARINI, André. Mulheres negras sofrem mais com trabalho precário e falta de investimentos. **CUT** – Central Única dos Trabalhadores, 2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/tres-anos-de-perdas-e-retrocessos-paras-as-mulheres-d94a/>. Acesso em Jun. de 2023

ANJOS, Eliene Gomes dos et al. A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. **Outra Economia**, [s. l.], v. 12, n. 22, p. 106-119, jul./dic. 2019. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14830/9463>. Acesso em: Dez de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRANÇA, Thais. Empreendedor negro ganha 32% menos e desigualdade desafia novo governo. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: [Empreendedor negro ganha 32% menos e desigualdade desafia novo governo - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese/empresarios-2023-12) .Acesso em Dez de 2023

CAREES,

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

CISNE, Mirla, IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 191-201, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84661>. Acesso em Jan de 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silva Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DALL FARRA, Carol. Na ponta do abismo. In: DUARTE, Mel. (Org.). **Querem nos Calar: poemas para serem lidos em voz alta**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

DIEESE. As dificuldades da população negra no mercado de trabalho. **Especial 20 de novembro de 2023 – Dia da Consciência Negra**, 2023. Disponível em: [conscienciaNegra2023.pdf](https://dieese.org.br/conscienciaNegra2023.pdf) (dieese.org.br). Acesso em Dez de 2023.

DIEESE. A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho. **O Boletim Especial 20 de novembro Dia da Consciência Negra**, 2022. Disponível em: [boletimPopulacaoNegra2022.pdf](https://dieese.org.br/boletimPopulacaoNegra2022.pdf) (dieese.org.br) Acesso em Dez de 2023.

Faria, Sheila de Castro Mulheres forras - riqueza e estigma social. **Tempo**, n. 9, Júlio, pp. 65-92, 2000.

FEIJÓ, Janaína. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. **Portal FGV**, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>. Acesso em Jun. de 2023

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRECCO, Fabiana Sanches. Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante divisão sexual do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis. **Direita Volver...** Fim de Ciclo na América Latina?, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 38-50, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31846>. Acesso em fev. de 2023

HARVEY, David. **A condição Pós Moderna**. SP:. ED. Loyola, 2010. Parte 1. Boitempo, 2019.

IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987

LEITE, Marcia de Paula; SOUZA, Silvana Maria de. Igualdade de gênero e raça no Brasil: uma discussão sobre a política pública de emprego. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 53, núm. 1, 2010, pp. 195-231 Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MARTINS, Raphael. Mais de 2,5 milhões de mulheres não trabalharam para cuidar de parentes ou das tarefas domésticas, diz IBGE. **G1 Economia**, 2023. Disponível em: [Mais de 2,5 milhões de mulheres não trabalharam para cuidar de parentes ou das tarefas domésticas, diz IBGE | Economia | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/25/mais-de-2-5-milhoes-de-mulheres-nao-trabalharam-para-cuidar-de-parentes-ou-das-tarefas-domesticas-diz-ibge-1.7111111) Acesso em Dez de 2023.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 111, set. 2012.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 2. ed. rer. ampl. São Paulo: Cortez, 1997.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 1994.

MOORE JUNIOR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. RATTIS, Alex (org.) **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombolas e movimentos. Rio de Janeiro: Zabar, 2021.

NEVES, Gilciane Beatriz Aguiar das. Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela: reflexões sobre as mulheres negras na economia solidária no RS. **Coisas do Gênero**: revista de estudos feministas em teologia e religião| são leopoldo | v.7 n. 2 | p. 26-35 | jul.- dez. 2021

PINHONI, Marina. Consciência racial cresce, mostra Censo 2022, mas desigualdades persistem. **G1 economia**, 2023. Disponível em: [Consciência racial cresce, mostra Censo 2022, mas desigualdades persistem | Censo | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/25/consciencia-racial-cresce-mostra-censo-2022-mas-desigualdades-persistem-1.7111111) Acesso em Dez de 2023.

RAIMUNDO, Valdenice José. **É preciso ter raça**: as formas de organizações informais no cotidiano das Mulheres Negras da favela Bola de Ouro – Território de maioria negra.

2003. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Instituto Lukács, 2015.

SARRES, Carolina. Meninas negras são maioria em casos de trabalho doméstico infantil no Brasil. **Agência Brasil**, 16/06/2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-12/meninas-negras-sao-maioria-em-casos-de-trabalho-domestico-infantil-no-brasil> Acesso em: Fev. de 2024.

SEBRAE – PA. Boletim de Inteligência e Mercado, Empreendedorismo Negro, empreendedorismo negro no Brasil: superando desafios e construindo o futuro. **Empresa organizadora Evolucionar Consultoria Em Gestão Organizacional Ltda.**, 2023. Disponível em: [\[BOLETIM\] V7 Empreendedorismo Negro 2023 \(datasebrae.com.br\)](https://datasebrae.com.br) Acesso em Dez. de 2023.

SEBRAE. O perfil do empreendedorismo por raça/cor e gênero, no Brasil. **SEBRAE**, 2023 Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-perfil-do-empreendedorismo-por-racacor-e-genero-no-brasil,effabec394316810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso Dez de 2023.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf Acesso em jan 2024.

SINGER, Paul. **Ensaio sobre economia solidária**. Editora Almedina, 2018

SOUSA, Adrianycy A. Silva de.; SOUSA, Daniela Neves de. Economia Solidária e Trabalho: elementos para a análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda. In: 2ª Conferência do Desenvolvimento CODE/IPEA, 2011, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos da 2ª Conferência do Desenvolvimento CODE/IPEA**, 2011.

SOUSA, Adrianycy A. Silva de. **Lukács e o Serviço Social brasileiro**. Curitiba: Prismas, 2016.

SOUSA, Daniela Neves de. **Economia Solidária – desemprego e precarização do trabalho**. Parecer em atendimento à deliberação n.º 18 do eixo de Seguridade Social do Relatório Final do 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS, 2013 (NOTA TÉCNICA).

SOUSA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas Acerca da economia solidária. **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 53-60 jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4759/4039>. Acesso em fev de 2024.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, DF: Ipea, p. 15-43, 2008.

VILELA, Pedro Rafael. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais%3famp>. Acesso em Jun. de 2023

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, América do Norte, 1, mar. 2010.